

ATA NÚMERO 195/XII/2.^a SL

Aos 12 dias do mês de julho de 2013, pelas 15:00 horas, reuniu a Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública, na sala 3 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Apreciação e votação do parecer fundamentado quanto ao pedido de processo de urgência, pela Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, relativamente à Proposta de Lei n.º 163/XII/2.^a (ALRAA) - "Fixa os meios que asseguram o financiamento do Governo da República à Região Autónoma dos Açores para fazer face aos prejuízos causados pela intempérie que assolou os Açores a 14 de março de 2013, cumprindo assim o princípio constitucional da solidariedade nacional".
2. Definição da metodologia para apreciação, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 153/XII/2.^a (GOV) - Estabelece a duração do período normal de trabalho dos trabalhadores em funções públicas, e procede à quinta alteração à Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, à quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 259/98, de 18 de agosto, e à quinta alteração à Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro.
3. Definição da metodologia para apreciação, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 154/XII/2.^a (GOV) - Institui e regula o sistema de requalificação de trabalhadores em funções públicas visando a melhor afetação dos recursos humanos da Administração Pública, e procede à nona alteração à Lei n.º 12 A/2008, de 27 de fevereiro, à quinta alteração ao Decreto-Lei n.º 74/70, de 2 de março, à décima segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 139-A/90, de 28 de abril, à terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, e à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 132/2012, de 27 de junho.
4. Outros assuntos.

-
- 1. Apreciação e votação do parecer fundamentado quanto ao pedido de processo de urgência, pela Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, relativamente à Proposta de Lei n.º 163/XII/2.^a (ALRAA) - "Fixa os meios que asseguram o financiamento do Governo da República à Região Autónoma dos Açores para fazer face aos prejuízos causados pela intempérie que assolou os**

Açores a 14 de março de 2013, cumprindo assim o princípio constitucional da solidariedade nacional"

A Senhora Deputada Elsa Cordeiro (PSD) apresentou o parecer referente ao requerimento de adoção do processo de urgência solicitado pela Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores relativamente à tramitação da [Proposta de Lei n.º 163/XII/2.ª \(GOV\)](#), recordando iniciativas com pedido análogo, cuja tramitação ocorrera na 1.ª Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias. O parecer foi adotado favoravelmente por unanimidade.

- 2. Definição da metodologia para apreciação, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 153/XII/2.ª (GOV) - Estabelece a duração do período normal de trabalho dos trabalhadores em funções públicas, e procede à quinta alteração à Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, à quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 259/98, de 18 de agosto, e à quinta alteração à Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro.**
- 3. Definição da metodologia para apreciação, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 154/XII/2.ª (GOV) - Institui e regula o sistema de requalificação de trabalhadores em funções públicas visando a melhor afetação dos recursos humanos da Administração Pública, e procede à nona alteração à Lei n.º 12 A/2008, de 27 de fevereiro, à quinta alteração ao Decreto-Lei n.º 74/70, de 2 de março, à décima segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 139-A/90, de 28 de abril, à terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, e à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 132/2012, de 27 de junho.**

Os pontos 2 e 3 da Ordem do Dia foram apreciados conjuntamente. A Senhora Deputada Isabel Santos (PS) propôs realizar audições com a FESAP, FCSAP, STE, FENPROF, FNE, Ministro da Educação e Ciência (ou seu representante), Conselho Económico e Social (CES) e Secretário de Estado da Administração Pública (SEAP).

O Senhor Deputado Jorge Machado (PCP) subscreveu a proposta apresentada pelo Grupo Parlamentar do PS, tendo ainda proposto as audições de Jorge Bacelar Gouveia, Manuela Arcanjo, Guilherme da Fonseca e Eugénio Rosa.

A Senhora Deputada Mariana Aiveca (BE) subscreveu as propostas apresentadas.

O Senhor Deputado Paulo Batista Santos (PSD), enquanto Vice-Presidente da Comissão, recordou a realização de audiências, nos termos legalmente previstos, da FESAP e FCSAP para após a reunião da Comissão (recordou, ainda, já ter sido ouvida a FENPROF), sendo

Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

necessário assegurar a eficácia e a imagem transmitida pela Assembleia da República. O Senhor Presidente sublinhou o esforço da Comissão, sob liderança do Senhor Vice-Presidente, em ouvir todas as entidades que solicitem audiência à Comissão.

O Senhor Deputado Duarte Pacheco (PSD) anuiu com a questão suscitada pelo Senhor Vice-Presidente, subscrevendo as propostas de audição de STE, CES e SEAP e discordando de audições de cidadãos individualmente considerados, tendo ainda suscitado dúvidas quanto a audições de sindicatos setoriais no âmbito da educação.

O Senhor Deputado João Pinho de Almeida (CDS-PP) subscreveu a intervenção anterior, nomeadamente quanto a audições individuais e audições setoriais.

Sobre audições repetidas com audiências concedidas em sede de apreciação pública, a Senhora Deputada Isabel Santos (PS) considerou necessário definir uma metodologia para futuro, recordando que a audição setorial proposta com entidades ligadas à educação decorre do acordo já alcançado pelas entidades sindicais com o Governo, em sede de negociação. Subscreveu, enfim, a proposta do Grupo Parlamentar do PCP em matéria de audições individuais.

O Senhor Presidente recordou que as audiências concedidas a diversas entidades em sede de apreciação pública decorrem nos termos da lei, tendo o Senhor Deputado Jorge Machado (PCP) considerado terem natureza distinta as reuniões com entidades externas, em sede de generalidade e, posteriormente, em sede de especialidade, sendo nesta última fase apresentadas e discutidas propostas artigo a artigo.

Foi, assim, consensualizado ouvir em audição a FESAP, FSCAP e STE (dispensando as audiências das duas primeiras entidades), o CES e SEAP, devendo as audições ser, preferencialmente, agendadas para 16 e 17 de julho. Não tendo havido acordo sobre as restantes propostas, foram as mesmas votadas. Quanto à audição de FENPROF e FNE, foi a mesma rejeitada com os votos favoráveis de PS, PCP e BE e contra de PSD e CDS-PP. A audição do Ministro da Educação e Ciência foi rejeitada com os votos favoráveis de PS, PCP e BE e contra de PSD e CDS-PP. Quanto à audição de personalidades individuais, o Senhor Deputado Honório Novo (PCP) solicitou a votação nominal, tendo os Grupos Parlamentares de PSD e CDS-PP manifestado a sua discordância sobre este tipo de votação, informando que o sentido de voto referente à audição de cidadãos a título individual e não sobre pessoas específicas. Nestes termos, foram rejeitadas, consecutivamente, as audições de Jorge Bacelar Gouveia, Manuela Arcanjo, Guilherme da Fonseca e Eugénio Rosa, com os votos favoráveis de PS, PCP e BE e contra de PSD e CDS-PP.



Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

4. Outros assuntos.

Nos termos previstos no artigo 156.º do Regimento da Assembleia da República, a redação final da [Proposta de Lei n.º 145/XII/2.ª \(GOV\)](#) foi, em definitivo, fixada por unanimidade, tendo a Comissão deliberado, adicionalmente, e na sequência da sugestão da Informação n.º 146/DAPLEN/2013, inserir o seguinte inciso no n.º 11 do artigo 3.º: ***A entidade comunica ao membro do Governo de que depende a informação prestada nos termos do presente artigo, sem prejuízo das adaptações estritamente necessárias para assegurar o respeito pelas competências, em matéria administrativa, dos órgãos de governo próprio das regiões autónomas e das autarquias locais, bem como das entidades administrativas independentes.***

A reunião foi encerrada pelas 17:00 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 12 de julho de 2013

O PRESIDENTE,

EDUARDO CABRITA

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Carlos Santos Silva
Cecília Meireles
Cristóvão Crespo
Duarte Pacheco
Eduardo Cabrita
Elsa Cordeiro
Honório Novo
Isabel Santos
João Galamba
João Pinho de Almeida
Nuno Reis
Paulo Batista Santos
Pedro Filipe Soares
Jorge Machado
Mariana Aiveca
Paulo Ribeiro de Campos

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Afonso Oliveira
Fernando Medina
Fernando Virgílio Macedo
José de Matos Rosa
Miguel Frasquilho
Pedro Jesus Marques
Pedro Nuno Santos
Sónia Fertuzinhos